

Reflexões sobre Estudos de Usuários em Arquivos sob a perspectiva da Justiça Social

Rafael dos Santos Werhli Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil
<https://orcid.org/0009-0000-4012-3089>
rafaelwerhli@hotmail.com

Leolíbia Luana Linden Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-4377-4068>
leolibia.linden@ufrgs.br

Resumo A presente pesquisa tem como objetivo demonstrar a importância das categorias sociais de classe, raça, gênero e orientação sexual em estudos de usuários nos arquivos, sob a perspectiva da justiça social. Para isso, por meio de pesquisa bibliográfica realizada através da revisão de literatura narrativa, abordamos o desenvolvimento cada vez mais social da Arquivologia, onde debates relacionados ao acesso e a difusão ganham cada vez mais fôlego. Nesse sentido, trazemos à tona reflexões referentes aos estudos de usuários na área, evidenciando conceitos e seu potencial teórico-prático. Depois, buscamos elencar categorias que possam compor estudos de usuário que sejam, a partir de uma perspectiva materialista histórica e dialética, inclinados a compreender os contextos de desigualdades sociais no âmbito dos usuários, demonstrando a relevância da justiça social nos arquivos. A partir de pesquisa documental, utilizou-se dados socioeconômicos que versam sobre a realidade brasileira de modo a contrastar com as discussões sociológicas apresentadas no texto. Demonstrou-se que há diversas potencialidades na utilização de categorias sociais para a caracterização do perfil de usuários de arquivo, pois através destes dados é possível mensurar se a falta de acesso ao arquivo está relacionada com as desigualdades estruturais observadas na sociabilidade contemporânea, auxiliando também na elaboração de alternativas que possam superar essa realidade.

Palavras-chave Arquivologia. Estudo de usuário. Justiça social. Categorias sociais.

Reflections on User Studies in Archives from a Social Justice Perspective

Abstract This research aims to demonstrate the importance of the social categories of class, race, gender and sexual orientation in user studies in archives, from the perspective of social justice. To this end, through bibliographical research carried out by means of a narrative literature review, we address the increasingly social development of Archivology, where debates related to access and dissemination are gaining more and more momentum. In this sense, we bring up reflections on user studies in the field, highlighting concepts and their theoretical and practical potential. Then, we try to list categories that can make up user studies that are, from a historical and dialectical materialist perspective, inclined to understand the contexts of social inequalities within users, demonstrating the relevance of social justice in archives. Based on documentary research, socio-economic data on the Brazilian reality was used to contrast with the sociological discussions presented in the text. It was shown that there is a lot of potential in using social categories to characterize the profile of archive users, because through this data it is possible to measure whether the lack of access to archives is related to the structural inequalities observed in contemporary sociability, also helping to develop alternatives that can overcome this reality.

Keywords Archivology. User study. Social justice. Social categories.

Reflexiones sobre los estudios de usuarios de archivos desde la perspectiva de la justicia social

Resumen Esta investigación pretende demostrar la importancia de las categorías sociales de clase, raza, género y orientación sexual en los estudios de usuarios en archivos, desde la perspectiva de la justicia social. Para ello, a través de una investigación bibliográfica realizada mediante una revisión narrativa de la literatura, abordamos el desarrollo cada vez más social de la Archivología, donde los debates relacionados con el acceso y la difusión ganan cada vez más fuerza. En este sentido, traemos a colación reflexiones sobre los estudios de usuarios en el campo, destacando conceptos y su potencial teórico y práctico. A continuación, nos proponemos identificar las categorías que pueden componer los estudios de usuarios que, desde una perspectiva materialista histórica y dialéctica, se inclinan a comprender los contextos de desigualdades sociales en el ámbito de los usuarios, demostrando la relevancia de la justicia social en los archivos. Se utilizaron datos socioeconómicos de la realidad brasileña a través de la investigación documental para contrastarlos con las discusiones sociológicas presentadas en el texto. Se demostró que existe un gran potencial en el uso de categorías sociales para caracterizar el perfil de los usuarios de archivos, ya que a través de estos datos es posible medir si la falta de acceso a los archivos está relacionada con las desigualdades estructurales observadas en la sociabilidad contemporánea, ayudando también a desarrollar alternativas que puedan superar esta realidad.

Palabras clave Archivología. Estudio de usuario. Justicia social. Categorías sociales.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 20/02/2024
Aprovado em 11/04/2024
Publicado em 16/05/2024

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, os arquivos, mais do que nunca, ganham traços sociais que ficam cada vez mais evidentes a partir do desenvolvimento de teorias críticas e contra hegemônicas no âmbito da Arquivologia e através da própria prática relacionada às funções de acesso e difusão da informação percebidas em muitos arquivos.

O cenário romântico e idealizado onde o arquivo possuía única e exclusivamente o papel de guardião sagrado de documentos considerados históricos, imbuído de neutralidade e distante de interesses sociais e econômicos, tende a ficar somente no passado e no mundo das ideias frente ao avanço crítico necessário que a Arquivologia faz. Destaca-se neste sentido, o papel que muitas pesquisas (apoiadas por referenciais do campo da sociologia) vêm desempenhando para aprofundar as reflexões em torno do papel do arquivo e do arquivista durante a história e frente às mudanças sociais que atingem de forma direta e indireta o fazer arquivístico no hoje.

Mas para identificar o papel que os arquivos desempenham, efetivamente, na sociedade, tendo consciência de sua relevância ou potencial relevância enquanto instrumento de justiça social, é de suma importância que tenhamos conhecimento sobre o perfil dos indivíduos que acessam estes espaços: os usuários.

Jardim *et al.* (2004, p.1), em consonância com outros autores da área, reflete sobre a necessidade de “[...] partirmos do modelo ‘arquivos direcionados para os arquivistas’ para ‘arquivos direcionados para os usuários’”. É cada vez mais ressaltado que arquivistas não servem aos arquivos,

mas à sociedade e seus diversos agentes”. A partir dessa perspectiva voltada ao usuário, coloca-se a importância de aprofundarmos os estudos de usuários na área da Arquivologia, tendo em vista que há diversos tipos de usuários com características e demandas específicas entre si. Isso é, compreender o acesso, que constitui parte incontornável da função social dos arquivos, passa, necessariamente, por compreender os usuários de arquivos.

Entretanto, nem todos os indivíduos partem de uma mesma condição material e subjetiva para exercerem suas vontades e garantirem seus direitos, o que pode afetar, também, o acesso à informação arquivística. Pois, ao analisar o modo de produção capitalista a partir do método materialista histórico e dialético, é possível identificar diversos tipos de contradições necessárias a reprodução desta forma de sociabilidade (Marx *et al.*, 2009), que geram antagonismos ideológicos entre grupos sociais que, por sua vez, resultam em desigualdades concretas que grupos sociais específicos vivem de forma mais aprofundada.

Isso é, na nossa realidade, a classe, a raça, o gênero e a orientação sexual são elementos fundamentais para compreender as discriminações e desigualdades estruturais resultantes de contradições criadas pelo próprio modo social de relação contemporâneo (Almeida, 2020). Neste aspecto, a autora Collins (2015), importante pensadora do feminismo negro, traz importantes contribuições ao identificar a raça, classe e gênero enquanto categorias de análise da realidade conectadas e que estruturam todas as relações.

Ao debater o contexto de criação e utilização dos documentos fundamentando-se justamente em teorias críticas que reconhecem as desigualdades citadas acima, Tognoli e Rocha (2021) explora o conceito de justiça social, que, segundo a autora, “[...] é bastante pertinente à realidade arquivística tendo em vista suas funções sociais e a ética do fazer arquivístico” (Tognoli; Rocha, 2021, p.5). Neste mesmo sentido, a autora irá utilizar o conceito para refletirmos sobre o potencial que os arquivos e arquivistas possuem na garantia de direitos, na promoção da transparência e na construção da memória e afirma que, frente a este cenário, “[...] faz parte da responsabilidade social do arquivista promover e manter a justiça social, apoiar iniciativas, assumir posições políticas e criar possibilidades de garantias de direito e acesso.” (Tognoli; Rocha, 2021, p.5).

Nessas condições, os indivíduos socialmente e economicamente discriminados em nossa realidade partem de diferentes contextos e, por essa razão, podem possuir oportunidades distintas para, entre outras coisas, acessar determinados espaços, reproduzindo-se, desta forma, desigualdades. Surge, desta forma, a seguinte questão: afinal, quem são os sujeitos que possuem a

oportunidade de acessar os arquivos no contexto desigual da sociabilidade contemporânea brasileira?

Portanto, a presente pesquisa objetiva demonstrar a importância das categorias de classe, raça, gênero e orientação sexual em estudos de usuários sob a perspectiva da justiça social, de forma histórica e estrutural, partindo de bases teóricas materialistas históricas e dialéticas, para compreender o perfil dos indivíduos que acessam e que não acessam o arquivo.

2 ARQUIVOLOGIA E ESTUDO DE USUÁRIO

Do ponto de vista histórico, as discussões que possuem como objeto principal de pesquisa o acesso aos usuários de arquivo são muito recentes. Isso se deve a diversas razões que estão ligadas ao fato do próprio desenvolvimento dos arquivos e da Arquivologia estarem condicionadas ao desenvolvimento da sociedade, do ponto de vista econômico, técnico, cultural, ideológico etc. Para Schmidt (2012, p.103), em sua origem “[...] a Arquivologia surge como resultado de um desenvolvimento do Fazer nos arquivos que tem suas origens em período bem anterior ao desenvolvimento científico, podendo ser remetido ao ato de registro pelo homem para lembrar.”

Isso é, antes mesmo da criação e do processo de consolidação da Arquivologia, a prática dentro dos arquivos já era uma realidade, já que havia uma necessidade concreta, surgida nos diferentes contextos sociais observados ao redor do mundo, de registrar - e, em alguma medida, organizar - as informações produzidas. Dessa forma, muitas técnicas surgem antes mesmo de uma teoria propriamente arquivística.

As condições históricas e as tensões de classe observadas nas sociedades pré-revolução francesa contribuíram para que esses espaços de registro e memória se concentrassem prioritariamente na guarda e não no acesso. Na antiguidade, por exemplo, durante o modelo de sociabilidade greco-romana “[...] a ideia de arquivo ligava-se a uma entidade respeitável, a ser protegida pelos deuses [...]” (Marques, 2011, p.81). Depois, através da igreja passou a ser utilizado como um espaço para a guarda de documentos de valor de prova ou memória do passado (Silva *et al.*, 1999 *apud* Marques, 2011, p.81).

Ou seja, durante séculos as instituições embrionárias no sentido de arquivo como concebemos na contemporaneidade objetivavam, prioritariamente, a guarda. Nestes contextos, o acesso era restrito às classes economicamente e ideologicamente dominantes para fins administrativos, jurídicos, contábeis e religiosos. Uma entidade altamente segregacionista a serviço

de uma parcela muito pequena da população, que, conseqüentemente, gerou uma tradição prática e teórica no âmbito dos arquivos.

Contudo, frente às mudanças sociais no que tange aos direitos do cidadão, aos direitos humanos, ao desenvolvimento tecnológico e ao “boom” informacional do pós segunda guerra mundial, surge a Arquivologia Contemporânea (Schmidt, 2012) e os debates em torno do acesso e difusão nos arquivos voltadas ao usuário ganham maior profundidade.

Neste cenário onde os usuários de arquivo ganham um certo grau de destaque na teoria e prática arquivística - ainda que incipiente em comparação a outras pesquisas na área -, compreender quem são os usuários de arquivo, como acessam, porque acessam etc. é de suma relevância. Para Vitoriano *et al.* (2020, p. 156), nos últimos anos [...] percebeu-se que os usuários merecem a atenção e o cuidado para que sejam atendidos, de forma que sejam respeitados os princípios da arquivística, bem como suas funções primordiais.

Porém, antes de ganhar propriamente espaço nas discussões arquivísticas, o estudo de usuário já era realizado no campo da Ciência da Informação (CI), com o seu foco mais ligado a qualidade, eficiência e utilização dos sistemas de informação [...] no intuito de perceber se as necessidades de determinados grupos de usuários estavam sendo satisfeitas adequadamente, buscando também oferecer um feedback aos sistemas (Cavalcante *et al.*, 2017, p.384).

Ao passo em que esses estudos foram sendo desenvolvidos e aprofundados, novas problemáticas em torno do tema surgiram, dando a oportunidade para que múltiplas perspectivas sobre os usuários fossem colocadas em debate. A própria visão do usuário enquanto agente ativo (com demandas, vontades, intenções) é dada a partir do desenvolvimento que os estudos dos usuários realizaram, criando-se, portanto, abordagens distintas nesta área de estudo. Para Cavalcante *et al.*, (2017, p.387) [...] as abordagens do estudo de usuários podem ser classificadas em: abordagem tradicional, abordagem alternativa e abordagem sociocultural.

As duas primeiras abordagens partem de premissas mais individualizantes, cognitivas e quantitativas para compreender a efetividade dos sistemas de informação as demandas dos usuários, enquanto a abordagem sociocultural objetiva “[...] buscar a compreensão dentro da totalidade, da historicidade e das tensionalidades postas pelas relações sociais” (Cavalcante, 2017, p.387).

Mas é, efetivamente, a partir dos anos 2000 que os debates teóricos sobre os usuários de arquivo, tendo a CI enquanto referencial teórico, ganham mais fôlego em relação ao período anterior, ainda que com muitas limitações, como observa Jardim *et al.* (2004). Na

contemporaneidade, “[...] a discussão sobre os ‘usuários’ em arquivos é percebida como de grande relevância, partindo da percepção de que os profissionais arquivistas não trabalham apenas para os arquivos, mas também para seus usuários.” (Vitoriano *et al.*, 2020, p.156).

Nessa direção, entender quem são as pessoas que acessam os arquivos e quais suas demandas se torna fundamental já que “[...] assim se tem a oportunidade de conhecer as necessidades e expectativas dos usuários, bem como formá-los e fidelizá-los, de modo escolher a melhor maneira de divulgar o arquivo” (Cé; Pedrazzi, 2011, p.79).

Jardim *et al.* (2004, p.7) no sentido de buscar aprofundar esse conhecimento afirma que “Talvez inspirados nos antropólogos que pesquisam sua própria sociedade, possamos buscar um exercício de alteridade, de reconhecimento deste outro sujeito do processo informacional com o qual lidamos cotidianamente, direta ou indiretamente, no espaço de um arquivo real ou virtual”.

No sentido terminológico, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2013, p.169), afirma que usuário é a “Pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também chamada consulente, leitor ou pesquisador”. Já o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2022), ao conceituar o que é o usuário realiza duas divisões ao atribuir interesses distintos entre eles: usuário interno - que possui interesse em pesquisar para o usuário e para difusão - e o usuário externo, subdividido entre cidadão e Estado. O usuário cidadão pode pesquisar por 1) interesse na defesa dos direitos; 2) interesse na produção acadêmica/científica e 3) em produzir atividades culturais. Já o usuário na forma do Estado pesquisa por informações para decisões político administrativas. Nota-se que a partir da conceituação realizada por CONARQ aprofunda-se a caracterização do usuário, o dividindo em grupos por tipo, característica e interesse de pesquisa, removendo-os de uma postura mais passiva e dando-os intenções e demandas de informação

De forma a ampliar as caracterizações dos usuários, tanto Fugueras (2003) quanto Bellotto (2006) irão aprofundar ainda mais as divisões existentes entre diferentes tipos de usuários. Cabe aqui citar a existência de um tipo de usuário com características semelhantes entre si mas com demandas de informação que podem variar. Baseando-se em Tarraubela (*apud* Fugueras, 1998), o autor irá caracterizar, entre outros, o **cidadão em geral**, que não necessariamente terá formação acadêmica, pouco acessa o arquivo, que não possui conhecimento sobre as técnicas de pesquisa no acervo e que, geralmente, consulta documentos de caráter administrativo. Bellotto (2006) irá denominá-lo enquanto **cidadão-comum**, “[...] o cidadão não-graduado, o aposentado, a dona-de-casa, à procura de cultura em geral, de entretenimento, campos em que pode haver lugar para o conhecimento da história” (Bellotto, 2006, p.28).

Percebe-se, desta forma, que os Estudos de Usuários no âmbito da Arquivologia teorizam sobre a existência de uma importante diversificação nas características e demandas informacionais dos usuários. Isso não se dá por acaso, já que com o desenvolvimento de paradigmas voltados à difusão e acesso novos tipos de usuários e demandas surgem. Isso é, percebe-se que usuários para além dos agentes públicos e pesquisadores começam a acessar os arquivos e, desta forma, serem conceituados pela literatura.

É nesse sentido que Bellotto (2006) afirma que As novas formas de utilização do arquivo, para além da pesquisa administrativa e histórica “[...] representam, todas elas, um grande desafio para o arquivista” (Bellotto, 2006, p. 242) e estimula uma reflexão muito concreta a partir deste cenário: devem os arquivistas serem profissionais que atendem uma parcela muito pequena de “intelectuais” ou devem assumir um papel mais dinâmico frente às mudanças sociais e, por consequência, frente às mudanças nos perfis dos usuários?

3 ESTADO, CATEGORIAIS SOCIAIS E JUSTIÇA SOCIAL NOS ARQUIVOS: REFERENCIAIS TEÓRICOS E SOCIAIS

Para refletirmos sobre as condições em que os arquivos e usuários se encontram nos dias atuais e o papel do arquivo frente a esta realidade, é inevitável não nos aprofundarmos em alguma medida, antes, no conceito de Estado capitalista, a partir dos estudos realizados no campo, prioritariamente, da Sociologia. Isso porque, este é um conceito chave para entendermos os modos como são dadas as relações sociais e econômicas na sociedade contemporânea, onde arquivos, arquivistas, usuários e todos os agentes construtores do universo arquivístico existem e relacionam-se.

Para tal finalidade, partiremos da concepção materialista histórica e dialética, desenvolvida fundamentalmente por Karl Marx e Friedrich Engels, que se baseia “[...] no desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a esse modo de produção e por ele produzida [...]” (Marx *et al.* 2009, p. 57-58).

Esse método dá uma outra qualidade no modo de se refletir sobre o fenômeno Estado durante a história. Segundo Lenin (1977, p.3), “para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes”. Diferente, portanto, de concepções

idealizantes que colocavam o Estado enquanto instrumento neutro em relação aos tensionamentos sociais, produto de um contrato social que visava, em suma, a garantia do bem-estar de todos. Pelo contrário, agora “[...] O Estado é [visto como] o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável de classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados [...]” (Lênin, 2007, p.27).

Do ponto de vista do materialismo histórico e dialético, em diversos contextos de sociabilidade durante a história as sociedades, a partir do seu modo de produção, foram divididas em classes. No modo de produção capitalista, a classe dominante, que historicamente detém o poder econômico e político dos meios de produção - fábricas, empresas, terras etc. -, se configura na forma dos burgueses e a classe explorada, que detém apenas sua força de trabalho para “vender” a classe que domina, está expressa nos trabalhadores.

Neste sentido, o método marxista irá propor a análise da sociedade por meio de “níveis” articulados para descrever didaticamente sua estrutura mais essencial, sendo

a infraestrutura ou base econômica (unidade das forças produtivas e das relações de produção) e a superestrutura que comporta em si mesma dois “níveis” ou instâncias: o jurídico-político (o direito e o Estado) e a ideologia (as diferentes ideologias, religiosas, moral, jurídica, política etc.). (Althusser, 1969, p.25-26).

Ou seja, os modos de produção econômicos correspondentes a determinado tempo histórico irão funcionar enquanto “bases” para determinar as próprias relações sociais. Mas para além da dominação econômica através dos meios de produção, a burguesia domina também por meio das “ideias”, mais precisamente por meio de aparelhos ideológicos do Estado, como o judiciário, televisão, escolas etc. e pelo aparelho repressivo de Estado, como o exército, polícias etc (Althusser, 1969). Isso é, por outros meios a fim de reproduzir o modo de produção que garante sua posição de poder.

As formas de exploração e dominação se traduzem em relações injustas e desiguais entre as classes, como revela a categoria de *mais-valia* na teoria marxista, identificada na forma da exploração capitalista a partir dos estudos da economia política, já que “[...] o operário emprega uma parte do dia de trabalho para cobrir o custo do seu sustento e de sua família (salário); durante a outra parte do dia, trabalha gratuitamente, criando para o capitalista a mais-valia, fonte dos lucros, fonte da riqueza da classe capitalista.” (Lênin, 1977, p.3). O acúmulo de riqueza por parte da classe dominante cria as condições para a pauperização da classe explorada, sobretudo em termos de renda, criando, de forma estrutural, desigualdades de classe.

Porém, Almeida (2012, p. 60) alerta que as disputas que decorrem das condições de classe dos indivíduos não são os únicos conflitos existentes no capitalismo, pelo contrário, “[...] entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual.”

O capital se apropria de discriminações antes existentes e criar formas de dominação para reproduzir as condições de sua própria existência. Isso pois, muito mais do que somente características econômicas baseada na detenção ou não dos meios de produção, as classes são formadas por indivíduos que possuem raça, etnia, gênero, orientação sexual, credo etc, caracterizados sociologicamente enquanto “minorias” (Almeida, 2012).

Segundo Almeida (2012, p.114) “para entender as classes em seu sentido material, portanto, é preciso, antes de tudo, olhar para a situação real das minorias”. Ou seja, para compreendermos as desigualdades no capitalismo através de uma perspectiva materialista, histórica e dialética, as diversas características sociais e econômicas dos indivíduos devem ser analisadas, pois todas elas irão ser determinantes para compreender sua sociabilidade, tanto em termos individuais quanto coletivos.

Collins (2015, p.15) reflete que, neste sistema de opressão múltiplo, “[...] raça, classe e gênero como categorias de análise são fundamentais para nos ajudar a entender as bases estruturais de dominação e subordinação.” A autora sugere que as opressões podem atingir indivíduos de diferentes formas por conta de inúmeros fatores, como contexto social, cultural, político, geográfico etc., mas que apesar de serem estruturalmente distintas, essas categorias estão imbricadas. Ou seja “[...] raça, classe e gênero estão conjuntamente presentes em qualquer cenário, mesmo que pareça ser mais visível e proeminente em uns que em outros” (Collins, 2015, p.19).

Neste sentido, a questão raça, classe e gênero é, de forma histórica, muito bem aprofundada por Lélia Gonzalez (2020) ao analisar a realidade brasileira. Em relação as opressões de gênero, a autora reflete que, na teoria e na prática, o movimento feminista teve um papel fundamental em pensar as relações de poder e submissão que são impostas às mulheres durante a história.

Em termos de contemporaneidade, Gonzalez (2020, p.127) afirma que “[...] ao centralizar suas análises em torno do conceito de capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), ele revelou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres”. Tanto é que a partir dos questionamentos de autoras e militantes do movimento feminista é que a categoria de divisão sexual do trabalho é aprofundada, evidenciando a existência de uma hierarquia de poder sociologicamente constituída onde mulheres possuem os piores salários, são submetidas aos

trabalhos domésticos etc. enquanto homens mantêm posições de privilégios. Mais do que isso, “[...] ao propor a discussão sobre sexualidade, o feminismo estimulou a conquista de espaços por homossexuais de ambos os sexos, discriminados por sua orientação sexual” (Gonzalez, 2020, p. 127). Porém, segundo a autora, também é necessário avançar numa discussão em torno de outra discriminação na qual as mulheres também são vítimas: a discriminação racial.

Ao realizar uma análise da formação social e econômica brasileira, desde a escravização até o desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro, Gonzalez (2020) demonstra as profundas desigualdades que a população negra ainda sofre, mesmo após o fim institucional da escravização no Brasil. Pelo contrário, Gonzalez (2020) evidencia que a partir da consolidação do capitalismo (de livre concorrência ou monopolista), a população negra continuou refém de variadas formas de dominação e exploração. Para a autora, “[...] o racismo denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas.” (Gonzalez, 2020, p.28).

A autora identifica que a partir da divisão racial do trabalho, é reservada à população negra a condição de desemprego (exército industrial de reserva) e, quando empregados, a postos de trabalho mais precarizados (massa marginal crescente), de forma que “[...] tudo isso implica [em] baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc.” (Gonzalez, 2020, p.40).

Desse modo, tanto os brancos detentores dos meios de produção recebem seus dividendos do racismo (Gonzalez, 2020) - pois super exploram a população negra ao não lhe garantirem seus direitos, lhe pagarem os piores salários etc. - quanto os brancos trabalhadores “[...] a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas.” (Gonzalez, 2020, p.29)

A autora, além de realizar uma análise histórica que resgata as condições da população negra desde o processo de escravização até a contemporaneidade, identificada a partir de dados estatísticos a existência concreta de uma discriminação ocupacional (Gonzalez, 2020). Isso é, estruturalmente é possível constatar que “[...] é bastante acentuado o diferencial de renda entre brancos e negros, mesmo possuindo igual nível educacional.” (Gonzalez, 2020, p.31).

Para as mulheres negras essas opressões são ainda mais profundas, já que, conforme Gonzalez (2020), um processo de tríplice discriminação é imposta levando em consideração sua raça, classe e sexo. Fato este que determina a própria localização da mulher negra nas piores condições de trabalho em comparação aos homens, brancos e pretos, e as mulheres brancas,

corroborando com a importância de se pensar na própria divisão sexual do trabalho a partir da desigualdade racial.

A dupla discriminação que incide em desigualdades de classe e raça que homens negros sofrem, e tríplice discriminação de classe, raça e gênero que mulheres negras são vítimas, não são resultados apenas da ação individual de um indivíduo específico, nem produto de natureza biológica, mas sim resultado de um complexo sistema de opressões materiais e subjetivas, que Almeida (2012) denomina enquanto racismo estrutural. Nesse sentido, “[...] o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.” (Almeida, 2012, p.34).

Analisar a realidade partindo das teorias críticas abordadas acima se torna muito qualitativo para refletir sobre a potencialidade dos arquivos em relação a suas atribuições sociais, já que reconhecem a existência de desigualdades e a histórica opressão que determinados grupos de indivíduos sofrem, revelando ainda mais a importância de se pensar qual o papel que o arquivo vem exercendo para com seu usuário que, inseridos nessa realidade desigual, ainda sim se constituem enquanto agentes centrais para justificar a própria existência dos arquivos.

O conceito de justiça social nos arquivos se propõe a demonstrar esse potencial a partir de teorias críticas, “[...] especificamente, na abordagem pós-moderna da Arquivologia, valendo-se dos estudos sobre as teorias críticas como o feminismo, a teoria crítica da raça, as questões indigenistas, o pós-colonialíssimo e a descolonização” (Tognoli; Rocha, 2021, p.6). É justamente frente a essa perspectiva da história concreta que percebemos que as informações arquivísticas, se acessíveis e acessadas, são valiosos instrumentos que podem vir a diminuir ou amenizar as desigualdades que atravessam estruturalmente usuários e não usuários.

Para Tognoli e Rocha (2021, p.5) essa reflexão parte da “[...] ressignificação do poder do arquivo e de seus documentos enquanto partícipes na construção da memória, na prestação de contas e na promoção de justiça social [...], tensionando [...] arquivistas a adotarem uma missão social mais ativa ao receberem em seus arquivos documentos cujas vozes das minorias possam ser ouvidas.” (Tognoli; Rocha, 2021, p.5).

Pode-se perceber, desta forma, que esta discussão se dá a partir do reconhecimento das relações de poderes construídas socialmente que, além de outras coisas, constituem a própria forma institucional do arquivo e o papel das informações de seus documentos. Ou seja, instiga a “[...] compreender como o poder opera em todas as suas formas, no contexto de criação dos

documentos de arquivo, nas funções arquivísticas e na formação das instituições.” (Tognoli; Rocha, 2021, p.6).

Reconhece também a existência de minorias que podem ter suas histórias publicizadas e reconhecidas por meio dos documentos, demonstrando a importância da utilização do termo "ressignificação" em relação aos arquivos e a própria construção da memória. Isso é, dar outro significado para a teoria e a prática arquivística, no sentido de compreender as desigualdades

[...] para que os Arquivos e seus documentos possam agir a favor da justiça social, reparando injustiças existentes, responsabilizando agentes por suas irregularidades e preservando e reconhecendo as diferentes identidades.” (Jimerson, 2007, *apud* Tognoli; Rocha, 2021, p. 7).

Quem inaugura o debate da justiça social nos arquivos é o historiador Howard Zinn, na década de 70, através do artigo *Secrecy, archives, and the public interest* (Corrêa *et al.*, 2022), onde o autor irá debater o papel do arquivista frente às disputas de poder que atravessam documentos e arquivos. Adepto a tradição marxista, Zinn aponta que

[...] o arquivista, ainda mais que outros profissionais, tende a ter escrúpulos sobre a sua 'neutralidade', vendo seu trabalho como 'técnico', livre de influências políticas [...] problematizando a indiferença do profissional frente às desigualdades estruturais que cercam e permeiam o próprio fazer arquivístico. Desta forma [...] ao fazer o seu trabalho cotidiano, de forma despolitizada e acrítica, o resultado seria uma escolha política pela ordem, pelas prioridades e com a direção das forças dominantes da sociedade. (Corrêa *et al.*, 2022, p.6).

Ao analisar as desigualdades na Arquivologia, Zinn elabora que a existência, preservação e avaliação dos arquivos em nossa sociedade é determinada pela distribuição de riqueza e poder [e] uma forma de controlar a informação e negar a democracia é retendo documentos do público. (Corrêa *et al.*, 2022). Portanto, ao ser indiferente às desigualdades, a atuação do arquivista nos marcos do capitalismo tende a favorecer, em suma, os interesses informacionais da classe dominante, que utiliza ideologicamente o arquivo para reproduzir, também, desigualdades necessárias para a própria reprodução do modo de produção capitalista.

Ou seja, Zinn parte de uma perspectiva crítica para identificar o arquivo enquanto um agente ativo, por meio da produção e organização da informação, nas disputas ideológicas existentes. Desse modo, toda técnica empregada durante o ciclo vital do documento está imbuída de intenções e ideias que, inevitavelmente, favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros. Constatando-se que na arquivologia, portanto, a técnica também é política e social.

É possível observar que o conceito de justiça social também está relacionado ao cumprimento das funções de difundir e dar acesso às informações arquivísticas, pois por meio do acesso e uso dos documentos de arquivo, grupos sociais estruturalmente oprimidos terão a

oportunidade de resgatarem e difundirem as opressões que historicamente são vítimas a partir da perspectiva orgânica de cada movimento, e não mais a partir das ideias da classe dominante (disputas de poder). Para Milani *et al.* (2022, p.8) “[...] em uma sociedade diversa e multicultural não cabe mais às instituições um papel neutro e imparcial que nega a diferença entre os sujeitos e suas necessidades de informação.”

Dessa forma, revela-se a importância de pensarmos os arquivos voltados aos usuários a partir também das perspectivas críticas, que, cada vez mais, estão sendo utilizadas pela Arquivologia. Logo, para que o arquivo se constitua enquanto instrumento de garantia de direitos e de resgate de histórias das populações marginalizadas, é importante identificar se os indivíduos que são atravessados por essas categorias sociais que revelam desigualdades acessam, de fato, estes espaços, e nesse sentido, os estudos de usuários baseados nestas categorias podem se constituir enquanto instrumentos fundamentais.

4 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

A presente pesquisa tem como objetivo demonstrar a importância das categoriais de classe, raça, gênero e orientação sexual em estudos de usuários sob a perspectiva da justiça social. O objetivo do estudo é de caráter exploratório pois pretende “[...] proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa.” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 51-52). A abordagem é de método misto, que é definido como sendo a “[...] investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa. Envolve suposições filosóficas, o uso de abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo” (Creswell *et al.*, 2010, p.27).

A pesquisa bibliográfica que constitui o referencial teórico da presente pesquisa se deu através da revisão da literatura narrativa, ou seja, descrevemos e discutimos o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual (Rother, 2007). Desta forma, analisamos o desenvolvimento teórico e prático da Arquivologia contemporânea, evidenciando suas funções sociais, onde o usuário da informação torna-se agente central para se pensar as técnicas empregadas em todo ciclo vital do documento, revelando a importância dos estudos de usuários para a área.

Para refletir sobre o Estado capitalista e seus reflexos, diretos e indiretos, no contexto de desigualdade material e subjetiva onde arquivo, arquivistas, usuários e não usuários estão

localizados, partimos do método materialista histórico e dialético (Marx, 2009), propiciando um debate que permite compreender os mecanismos que reproduzem desigualdades sociais e econômicas para grupos estruturalmente oprimidos por questões de classe, raça, gênero e orientação sexual.

Também abordamos o conceito de justiça social no âmbito dos arquivos, explorando os questionamentos e as propostas teórico-práticas desta perspectiva que, por meio de teorias críticas, objetiva pensar a função social dos arquivos a partir das desigualdades estruturalmente reproduzidas na sociabilidade contemporânea.

A partir das características que especificam as condições socioeconômicas pontuadas por Silvio Almeida (2012) e Collins (2015) que são classe, raça e gênero, e compreendendo a importância de se estender a orientação sexual que também está neste amplo sistema de opressão (Collins, 2015), buscou-se evidência em pesquisa documental que pudesse sustentar a indicação dessas categorias como relevantes em estudos de usuário de informação em arquivos no contexto brasileiro, já que, conforme Collins (2015), essas são categorias que, quando utilizadas em conjunto, são fundamentais para analisar as desigualdades observadas em nossa realidade.

Através de pesquisa documental que “[...] baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 55), foram utilizados dados estatísticos coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, avaliados criticamente levando em consideração seus aspectos internos e externos (Prodanov; Freitas, 2013).

Tabela 1 - Categorias de análise, métodos e fonte de pesquisa

Categoria de Análise	Método	Fonte
Classe	Pesquisa Documental	Síntese de Indicadores Sociais (2022) Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2017-2018 (2023)
Raça	Pesquisa Documental	Estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil do IBGE (2022)
Gênero	Pesquisa Documental	Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil (2021)
Orientação sexual	Pesquisa Documental	Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023)

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Os dados do IBGE abordam temas sociais e econômicos da realidade dos brasileiros através de características de classe, raça e gênero. Como não há dados do IBGE sobre as condições de vulnerabilidade que a população LGBTQIA+ é vítima, por conta da orientação sexual, utilizamos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023). Assim, objetivamos contrastar esses dados

com as teorias críticas que se debruçam sobre o tema e que constituem o referencial teórico. Também buscou-se demonstrar a relevância técnica e social de utilizar categorias sociais para traçar perfis de determinadas populações a fim de evidenciar desigualdades, demonstrando a importância, neste sentido, em realizar a caracterização dos usuários por meio de categorias socioeconômicas.

5 DADOS DA DESIGUALDADE: UMA BREVE ANÁLISE

Como pode-se observar, por meio da bibliografia utilizada, estruturalmente determinados grupos de indivíduos sofrem mais com desigualdades que são criadas ou reformuladas a partir da própria lógica de exploração do modo de produção capitalista. As discussões que partem do conceito de justiça social para analisar o próprio arquivo e o fazer arquivístico através de uma perspectiva crítica, também reconhecem as desigualdades de classe, raça, gênero e orientação sexual para pensar a importância do acesso ao arquivo em nossa realidade contemporânea.

Mas para relacionar essas teorias com a prática, iremos utilizar dados estatísticos que evidenciam desigualdades - teoricamente aqui abordadas - para demonstrar a importância de determinadas categorias em pesquisas que visam traçar perfis sobre populações específicas. Isso é, vamos abordar dados que possuem a potencialidade de demonstrar, através das categorias de renda, raça e gênero, desigualdades sociais e econômicas que atravessam estruturalmente os indivíduos.

Em relação à classe¹ dos indivíduos, o materialismo histórico e dialético demonstra que os trabalhadores estão, estruturalmente, em uma posição de desvantagem econômica, política, social, cultural etc. Desvantagem essa que está expressa em diversos aspectos da vida social de cada cidadão, como revelam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De forma a medir a qualidade de vida da população brasileira, o IBGE (2023) utilizou seis dimensões não monetárias da vida de um indivíduo, sendo elas: moradia, serviços públicos, saúde e alimentação, educação, serviços financeiros e transporte e lazer.

A partir destes elementos e seus desdobramentos, como falta ou não de saneamento básico, contas de luz e água pagas ou atrasadas, existência ou não de eletrodomésticos básicos na residência,

¹ Para compreender a classe no sentido material, vamos examinar, a partir dos dados estatísticos, as condições relacionadas aos rendimentos e contexto dos indivíduos, já que são elementos determinados pela divisão da sociedade em classe e que determinam o próprio indivíduo em sociedade.

como fogão e geladeira, o IBGE (2023) identificou que em 2018, 46 milhões de brasileiros viviam na pobreza e 132 milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade.

O IBGE (2022) demonstrou também a existência concreta de desigualdades por meio de critérios monetários utilizados pelo Banco Mundial, que considera como linha de pobreza os rendimentos equivalentes a R\$486 mensais per capita, e como linha de extrema pobreza os rendimentos equivalentes a R\$168 mensais per capita. Partindo deste critério, observou-se a existência de 62,5 milhões de pessoas (29,4% da população do Brasil) na linha da pobreza e, entre elas, 17,9 milhões (8,4% da população) na linha da extrema pobreza (IBGE, 2022).

Analisar as desigualdades de classe por meio do materialismo histórico-dialético, dá condições de compreender o contexto de pobreza e extrema pobreza que milhares de brasileiros se encontram como produto da divisão da sociedade em classes, da propriedade privada dos meios de produção e da apropriação da mais-valia, que geram acúmulo de riqueza e poder político, por um lado, e desigualdades sociais e econômicas por outro (Lenin, 1977; Marx, 2009).

Os dados do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil do IBGE (2022) evidenciam mais desigualdades quando analisadas características de raça em relação aos índices de desemprego. Segundo o estudo, em 2021 a taxa de desocupação (desemprego) foi de 11,3% para brancos, de 16,5% e 16,2% para pretos e pardos, respectivamente. Pretos e pardos também são os mais atingidos pela informalidade - ocupações sem carteira assinada, com baixos salários e sem garantia de direitos sociais. Enquanto brancos eram 37,2%, pretos eram 43,4% e pardos 47,0%, ultrapassando a própria média nacional de informalidade, de 40,1% (IBGE, 2022).

Se retornamos aos critérios do Banco Mundial para compreender os dados sobre a pobreza e a extrema pobreza, através dos recortes de raça, é possível observar mais uma vez que essas populações estão em situações de maior vulnerabilidade em comparação aos brancos. Enquanto a taxa de pobreza para pretos e pardos eram de 34,5% e 38,4% respectivamente, para brancos o percentual era de somente 18,6% (IBGE, 2022).

Em relação a homicídios no ano de 2020, as populações pretas e pardas figuram entre a maioria. Em uma taxa de 100 mil habitantes, 64,3 homens pardos morreram, 41,2 homens pretos e 21,2 de homens brancos, evidenciando que as populações pretas e pardas são as maiores vítimas no quesito violência. Novamente a desigualdade se expressa quando abordada a questão da casa própria, já que 20,8% das pessoas pardas e 19,7% das pessoas pretas não possuíam documentação que atestasse a posse da residência em seu nome, diferentemente dos brancos que, neste aspecto, eram apenas 10,1%.

Percebe-se que esses dados reforçam a perspectiva estrutural do racismo, pois evidenciam que a população negra é, historicamente com consentimento direto e indireto do Estado, submetida aos piores empregos, ao desemprego, aos salários mais baixos, insegurança de posse de moradia etc. e, por consequência, a uma condição de vida mais precarizada em comparação aos brancos (Almeida, 2012).

A existência de desigualdade entre homens e mulheres também é possível identificar a partir dos dados que realizam o recorte de gênero. Conforme dados do IBGE (2021), as mulheres despendem quase o dobro de tempo (21,4 horas semanais) realizando afazeres domésticos em relação aos homens (11 horas semanais). O que pode estar relacionado, direta ou indiretamente, também com o fato das mulheres que residem com crianças de até 3 anos terem menores níveis de ocupação (emprego) do que homens (IBGE, 2022).

Em relação aos rendimentos, em 2019, foi possível identificar que as mulheres ganharam apenas 77% do que os homens, recebendo R\$1.985 enquanto os homens R\$2.555. Quando analisados os salários dos cargos de diretores e gerência e profissionais da ciência e intelectuais, a desigualdade de gênero é ainda maior, onde as mulheres receberam, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens destes cargos (IBGE, 2021). Isso é, independente se atuam no mesmo cargo ou área e se desempenham as mesmas funções, as mulheres tendem, segundo os dados, a possuírem os menores salários.

Ainda conforme o IBGE (2022), em relação às violências físicas, psicológicas ou sexuais as mulheres (19,4%) são as maiores vítimas quando comparadas aos homens. E se analisados o recorte de raça, as mulheres pretas são a maioria representando 21,3% das vítimas. Entre as mulheres vítimas de homicídio, o recorte de raça também evidencia mais mortes entre mulheres pretas (2,7) e pardas (4,6), em comparação com mulheres brancas (4,6) (IBGE, 2022).

Esses números traduzem quantitativamente as desigualdades de gênero perpetuadas pelo capitalismo patriarcal que, como vimos, violentam mulheres por meio da divisão sexual do trabalho e outros métodos de exploração que as colocam em condições de domínio/submissão. Soma-se a isso a questão de raça, onde as mulheres negras sofrem um processo de tríplice discriminação, como demonstra Gonzalez (2020), aprofundando ainda mais desigualdades em torno do acesso aos seus direitos.

Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e demais membros da comunidade LGBTQIA+ também são vítimas de uma estrutura patriarcal e homofóbica. Os dados sobre as opressões que essas populações sofrem, apesar da subnotificação alertada pela própria pesquisa, traduzem essa

violenta realidade. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), entre 2021 e 2022, os casos de violência contra pessoas LGBTQIA+ aumentaram em 13%, sendo no último ano 2.324 registros de lesão corporal por motivos de homofobia. No mesmo ano, 163 homicídios foram registrados contra pessoas LGBTQIA+. O estudo ainda aponta para a falta de dados públicos disponibilizados em relação às vítimas de homofobia, demonstrando a ineficácia e o desinteresse do Estado para com essa população, resultando em mais uma forma de violência.

Como resultados deste estudo, considerando os dados estatísticos pontuados até então, é possível constatar a existência de populações que, a depender da classe, raça, gênero e/ou orientação sexual, sofrem mais desigualdades que incidem no acesso ao emprego, a educação, a segurança, a moradia, a saúde e outras áreas que, juridicamente, são asseguradas e compreendidas enquanto direito do cidadão e que, concretamente, determinam as condições de vida dessas populações, inclusive no aspecto do direito ao acesso à informação. O que corrobora com as concepções teórico críticas que constituem o referencial teórico desta pesquisa e demonstra a relevância de utilizar categoriais sociais para investigar a existência de desigualdades e a falta de direitos.

Dessa forma, evidencia-se que as características socioeconômicas precisam ser levadas em consideração na construção de estudos de usuários que possam atender com mais aderência às realidades dos usuários, já que assim o arquivista parte de melhores condições para compreender e atuar sobre os diversos contextos que arquivos, não usuários e usuários estão inseridos. Ou seja, possuir dados socioeconômicos dos usuários que evidenciem o grau de acesso estimula, justamente, o acesso a essas populações, pois possibilita que arquivistas elaborem estratégias mais concretas para efetivar e ampliar o acesso e uso da informação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou demonstrar a importância da utilização das categorias de análise de classe, raça, gênero e orientação sexual para a realização de estudos de usuários no âmbito dos arquivos, sob a perspectiva da justiça social. Essa reflexão inicial buscou incentivar a caracterização dos perfis dos usuários com bases nas categorias citadas acima a fim de propiciar que os arquivos efetivem sua função social, identificando os grupos sociais que acessam ou não os arquivos.

Para isso, evidenciamos o desenvolvimento histórico da Arquivologia, que inicialmente enquanto prática, visava em suma a guarda de documentos para fins administrativos, financeiros e

religiosos, tendo, naquele contexto, acesso restrito a poucos cidadãos. Possuindo maturidade técnica e tendo desenvolvido teorias arquivísticas para responder às demandas históricas, pode-se afirmar que a Arquivologia na contemporaneidade começa a demandar atenção ao usuário de arquivo, já que estabelece entre suas principais funções a de dar acesso à informação através da atuação do arquivista.

Notou-se que, a partir das perspectivas arquivísticas contemporâneas emergentes, é ressaltada a importância dos Estudos de Usuários para compreender as variadas características e diferentes demandas informacionais que se observam entre usuários consulentes de arquivo. Isso pois, ao passo em que o acesso é ampliado, percebemos que novos tipos de usuários com formas e interesses distintos de pesquisa se constituem.

Esta realidade demanda que os arquivistas estejam profundamente comprometidos em atender as diversas demandas dos diferentes tipos de usuários e em propor ações visando diversificar os tipos de usuários consulentes dos arquivos, a fim de democratizar o espaço e explorar suas potencialidades. Mas para pôr em prática os traços sociais do arquivo e o papel ativo das instituições arquivísticas na garantia de direitos através, fundamentalmente, do acesso, há de se compreender os contextos de desigualdade que os usuários e não-usuários partem para acessar ou não o arquivo.

A partir de uma compreensão materialista, histórica e dialética da sociedade capitalista, percebemos que populações por razões de classe, raça, gênero e orientação sexual são historicamente oprimidas e marginalizadas, o que incide na formação de contextos de vulnerabilidade.

O debate sobre a justiça social, muito embasado em perspectivas feministas e antirracistas, reconhecem tais desigualdades para propor que arquivistas façam valer a função social dos arquivos, tanto teoricamente quanto na prática, por meio de discussões e ações que visem reparar injustiças cometidas contra as populações historicamente marginalizadas e para dar voz a elas.

Mas como saber se essas populações efetivamente acessam os arquivos e, portanto, se o arquivo desempenha sua função social? Como observado, características de classe, raça, gênero e orientação sexual se tornam, em nossa realidade, impeditivos para a efetivação de direitos. Pois se recebem os piores salários, não possuem emprego ou estão em empregos precarizados, acessam em condições desiguais a educação, segurança, moradia, saúde etc por que e como acessarão os arquivos? E se acessam, como verificar isso?

Os dados estatísticos sobre essas populações, neste sentido, demonstram a importância de realizar a caracterização desses grupos por meio das categorias que evidenciam desigualdades estruturais. No arquivo não pode ser diferente. Ou seja, mais do que nunca torna-se extremamente necessário pensarmos em métodos para averiguar se as populações que estruturalmente são oprimidas acessam os arquivos.

Essa pesquisa, por óbvio, não pretende esgotar as discussões em torno de um tema tão complexo. Pelo contrário, pretende estimular o debate e a aplicação dos estudos de usuários nos arquivos, seja por meio de entrevista, formulários ou outros métodos, visando identificar se, efetivamente, os arquivos são acessados por quem, historicamente, não acessa nem o básico.

Portanto, observa-se que há diversas potencialidades nos Estudos de Usuários de caráter social e crítico, tanto para realizar a análise sobre o perfil dos usuários e o acesso, mas também, e fundamentalmente, para, através desses dados, pensar em estratégias que rompam com as dificuldades criadas a partir dos contextos de desigualdades, visando democratizar e ampliar o acesso ao arquivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1969.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações técnicas-AN, n. 51) Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman *et al.* Estudo de usuários na Arquivologia: reflexões. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7, 2017, Londrina. **Anais [...]**. Londrina, 2017. p. 382-397. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/view/461/28>. Acesso em: 6 dez. 2022.

CÉ, Graziella; PEDRAZZI, Fernanda. Estudo de usuários como recurso para a difusão de um arquivo: o caso da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. **BIBLOS**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 75–90, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/2277>. Acesso em: 5 abr. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *In*: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e Práticas de Transformação Feminista**. São Paulo: SOF, 2015. p.13-42. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/01/reflex%C3%B5espraticasdetransforma%C3%A7%C3%A3ofeminista-1.pdf> . Acesso em: 12 dez. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Dica do Conarq!** Estudo de usuários. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-deconteudo/infograficos/copy_of_Infografico_estudodeusuarios.jpg. Acesso em: 01 dez. 2022

CORRÊA, Lucas Andrade Sá; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Arquivistas e bibliotecários críticos: intelectuais orgânicos orientados para a justiça social. **Revista EDICIC**, v. 2, n. 4, 2022. Disponível em: <http://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/167>. Acesso em: 02 set. 2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: ArtMed, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 17**. São Paulo: 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FUGUERAS, Ramón Alberch . **Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: UOC, 2003. Disponível em: <https://www.torrossa.com/gs/resourceProxy?an=2518307&publisher=FZW977>. Acesso em: 08 dez. 2022.

IBGE. Agência de Notícias. Estatísticas Sociais. **Em 2021 pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012**. 02 dez. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-201>. Acesso em: 06 set. 2023.

IBGE. Agência de Notícias. Estatísticas Sociais. **Estatísticas de Gênero: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos**. 04 mar. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>. Acesso em: 06 set. 2023.

IBGE. Agência de Notícias. Estatísticas Sociais. **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento**. 11 nov. 2022. Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>. Acesso em: 06 set. 2023.

IBGE. Agência de Notícias. Estatísticas Sociais. **Três novos índices mostram queda da pobreza e da vulnerabilidade entre 2008-2009 e 2017-2018**. 25 out. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37716->

tres-novos-indices-mostram-queda-da-pobreza-e-da-vulnerabilidade-entre-2008-2009-e-2017-2018. Acesso em: 06 set. 2023.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. K. **Estudos de usuários em arquivos**: em busca de um estado da arte. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5671>. Acesso em: 05 out. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

LENIN, Vladimir Ilitch. Arquivo Marxista na Internet. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. 1913. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/03/tresfont.htm>. Acesso em: 02 dez. 2023.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interloquções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8730>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich Engels. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MILANI, Suellen Oliveira *et al.* **Responsabilidade social, justiça social e ética em arquivos e bibliotecas**. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/201532>. Acesso em: 05 out. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, 2007; 20:v-vi. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 05 out. 2023.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. São Paulo, 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/publico/ClarissaMSSchmidt_revisada.pdf. Acesso em: 02 set. 2011.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; ROCHA, Gustavo Maçulo de Queiroz. A justiça social na Arquivologia: uma revisão de literatura. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 1–23, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/987>. Acesso em: 02 set. 2023.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin *et al.* Estudos de usuários em arquivos: panorama dos relatos de experiência publicados em periódicos nacionais . **Acervo**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 154–174, 2020. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1612>. Acesso em: 5 out. 2023.

NOTAS DE AUTORIA

Rafael dos Santos Werhli

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atuou enquanto bolsista de iniciação científica no Núcleo de Pesquisa em Arquivamento da Web e Preservação Digital (NUAWEB). Interesses de pesquisa: Estudos de usuários em arquivos, justiça social e arquivos e arquivamento da web.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/4476596155038069>

Leolíbia Luana Linden

Professora do Curso de Arquivologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Arquivista formada pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre e Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/3793758675679109>